



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2018
ISSN 1887-4606
Vol. 12(3) 536-550
www.dissoc.org

Artigo

**Desdobramentos da noção de memória
discursiva: o caso Mais Médicos**

*Developments of the notion of discursive
memory: the case of Mais Médicos*

Hélio Oliveira

Departamento de Letras
Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos (Brasil)

Júlia Almeida

Departamento de Línguas e Letras
Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)

Resumo

As particularidades teóricas da noção de memória discursiva na vertente francesa da Análise do Discurso fornecem o quadro conceitual para a análise de enunciados da mídia brasileira por ocasião da chegada dos médicos cubanos no Brasil. Recusando a desistorização e a psicologização da noção, tal como apontam as pesquisas de Marie-Anne Paveau, a Análise do Discurso aproximou a memória das noções de pré-construído, já-dito e interdiscurso, o que permite analisar no corpus, entre outros aspectos, a retomada, a reformulação e a rejeição de uma memória da escravidão no Brasil, que embasa posicionamentos na atualidade política do país, em recusa ou em apoio ao golpe de 2016.

Palavras-chave: Memória discursiva, Interdiscurso, Racismo.

Abstract

In this work, the notion of discursive memory and its theoretical developments in the French Discourse Analysis provide the conceptual framework for the analysis of a corpus composed by headlines about the arrival of Cuban doctors in Brazil. Refusing the process of dehistoricization and the psychologization of the notion, as pointed out by Marie-Anne Paveau, the Discourse Analysis understands the memory closely related to the notions of pre-constructed, already-said and interdiscourse. From this approach, the analysis shows, among other aspects, the process of repetition, reformulation and rejection of a memory of slavery in Brazil, which affects the ideological positions in the current Brazilian political scenario, refusing or supporting the coup d'Etat in 2016.

Keywords: Discursive memory, Interdiscourse, Racism.

Introdução

A memória discursiva é uma noção de difícil apreensão. Achard (2010, p. 11) reconhece que, a partir da Análise do Discurso (AD), se “queremos falar do papel da memória [...], logo encontramos-nos em posição delicada”. Embora haja pontos de contato entre os autores que se dedicaram ao tema, também se devem distinguir as peculiaridades de cada uma dessas abordagens. O objetivo deste texto é caracterizar sucintamente a noção de memória em Courtine (2009), Achard (2010), Pechêux (2010), Paveau (2007) e Maingueneau (2008), de modo a apontar suas singularidades em análise de alguns textos em circulação nas mídias a propósito da vinda de médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil, vinculados ao projeto “Mais Médicos” do governo federal.

O *corpus* é constituído por notícias veiculadas em jornais impressos, *sites* e *blogs* (especialmente as manchetes), abrangendo a recepção hostil que médicos vindos de Cuba tiveram por parte de médicos brasileiros. O caso ganhou repercussão nacional por ser considerado veículo de um discurso racista, mas também permitiu observar diferentes posicionamentos políticos, por vezes paradoxais, como no caso da revista *Veja*, que atribui conotações positivas e negativas ao mesmo projeto, sob diferentes regimes políticos.

Parece exemplar a forma como o funcionamento da memória é evocado nos textos do *corpus*, mostrando-se parte fundamental do processo de produção dos sentidos, uma vez que a construção discursiva do incidente envolve referências ao regime de escravidão que vigorou até o século XIX no Brasil, “lembrado” diferentemente a depender da configuração sócio-histórica e dos posicionamentos em disputa.

A noção de memória discursiva

Um inventário sobre o percurso histórico e epistemológico da noção de memória discursiva pode ser encontrado em Paveau (2007), para quem essa concepção teórica sofreu “evoluções e enfraquecimentos” ao longo de um trajeto de difícil apreensão. A autora destaca três grandes mudanças pelas quais o conceito passou:

(a) um processo de *desistoricização* causado, em primeiro lugar, pela influência dos pragmaticistas e sua interpretação da memória como conjunto de saberes partilhados pelos locutores no momento mesmo das trocas conversacionais e, em segundo lugar, pelos gramáticos de texto, que restringem a memória discursiva àquela que motiva as anáforas, retomadas e reformulações no fio do texto. Ambos os procedimentos desconsideram o condicionamento do tempo histórico no funcionamento da memória;

(b) uma *psicologização* representada, principalmente, pela psicologia cognitiva e sua concepção de memória semântica, a partir da qual o indivíduo recorre a uma espécie de enciclopédia mental. Uma vez que a memória se encontraria limitada à mente, as dimensões coletiva, social e histórica se veriam, também, praticamente apagadas;

(c) outra *evolução do discurso*, em especial, uma mudança nas condições de produção dos discursos, já que, as formas de comunicação atuais “favorecem discursos marcados por uma ancoragem imediata e contingente, em detrimento da dimensão universalizante e cultural” (PAVEAU, 2007, p. 03), colocando em evidência os discursos “ordinários” (menos institucionalizados ou especializados), que são por natureza mais presos à cultura imediata.

Todas essas transformações concorreram para o enfraquecimento da noção de memória discursiva na medida em que a aproximam do indivíduo ou a restringem ao texto, ou seja, a afastam do condicionamento histórico-ideológico tão caro à AD. Além desses aspectos, de acordo com Paveau, há um fato curioso: o autor que primeiro abordou a questão da memória na AD, Jean Jacques Courtine, parece ter abandonado esse tema, dando margem a um efeito de “errância” para a noção, deixando-a, de certo modo, órfã (cf. PAVEAU, 2007). É nesse contexto que Paveau retoma a noção de memória discursiva de Courtine, como “conjunto de enunciados sabidos e não sabidos que circulam e continuam circulando num ambiente e no meio dos quais novos se inserem” (PAVEAU, 2015, p. 226), para, como veremos adiante, em perspectiva cognitivo-discursiva, reformulá-la como “uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente)” (2015, p. 234), fundamental ao entendimento do discurso com a dimensão ética.

Passamos à apresentação e análise do *corpus*, deixando o aprofundamento desta e de outras noções de memória discursiva mobilizadas por diferentes autores para serem introduzidas no ambiente da análise.

Aspectos da memória discursiva: teoria e análise

No final de 2013, uma intensa polêmica tomou forma a partir da chegada de centenas de médicos vindos de diversos países para atuar no Brasil, inseridos no programa “Mais Médicos”, de iniciativa do governo federal, ou como parte de um acordo entre o país e Cuba, intermediado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Eles vieram (e continuam vindo) para trabalhar em regiões carentes e de difícil acesso, locais em que os médicos formados no país geralmente se recusam a atender. Os primeiros

grupos a chegar foram profissionais cubanos, que já atuaram em diversos outros países e têm grande experiência em causas humanitárias. No caso específico desses médicos cubanos, não há um salário pago pelo governo brasileiro (como é feito no “Mais Médicos”), uma vez que eles são funcionários públicos já assalariados em Cuba, portanto, a verba é repassada para o governo do país de origem.

Quando desembarcaram no Brasil, os médicos estrangeiros foram recebidos com protestos em alguns aeroportos pelos médicos nacionais, que alegavam estarem perdendo espaço no mercado de trabalho. Uma jornalista do Rio Grande do Norte escreveu em seu perfil, em uma rede social, que as médicas cubanas não pareciam médicas, mas tinham “cara de empregadas domésticas”. Em Fortaleza, clínicos brasileiros gritaram a palavra “escravo” justamente quando o médico Juan Melquiades Delgado, negro, passava em frente a um grupo composto por manifestantes brancos, em sua maioria, mulheres. A foto desse acontecimento estampou a primeira página dos principais jornais do país. As manchetes seguintes, que circularam em diversas mídias a partir da chegada dos médicos cubanos, são amostras da crescente polêmica e contêm os principais enunciados que compõem o *corpus* deste artigo:

[01] A triste sina de um médico cubano no Brasil (Martins, *Carta Capital*, 2013).

[02] Cubanos são chamados de “escravos” por médicos brasileiros no CE (Talento, *Folha de S. Paulo*, 2013).

[03] Médicas “patricinhas” envergonham o Brasil (Pragmatismo Político, 2013).

[04] O médico cubano negro e a intolerância da nossa elite branca (Rovai, *Fórum*, 2013).

[05] PT vai traficar 4.000 escravos cubanos [...] (Blog do Coronel, 2013).

[06] “Somos escravos da saúde”, diz médico cubano no Ceará (Lazari, *O povo*, 2013).

[07] Escravos de jaleco (Nunes, *Veja*, 2013).

[08] Mais médicos: o tempo da sensatez (Lopes, *Veja*, 2017).

A análise do *corpus* foi feita, inicialmente, a partir de particularidades teóricas da noção de memória discursiva, que a aproximam das noções de pré-construído, já-dito e interdiscurso, constituídas no escopo da AD e que prescindem da cognição no aparato teórico, posição que sofre reformulação, mais recentemente¹, na teoria de Marie-Anne Paveau, em direção a uma noção cognitivo-discursiva de memória. Nos tópicos abaixo são analisados os enunciados do *corpus*, procurando apreender os diferentes aspectos da memória tal como evocados na polêmica sobre os médicos cubanos.

Memória e implícitos

Os dois primeiros enunciados, “A triste sina de um médico cubano no Brasil” e “Cubanos são chamados de ‘escravos’ por médicos brasileiros no CE”, poderiam caracterizar o funcionamento de uma memória “biológica” ou “psicológica”: para compreender de qual assunto tratará a notícia em cujo título aparece [01], o leitor precisaria “lembrar-se” de que médicos cubanos chegaram ao Brasil e que foram mal recebidos, pois, no enunciado, não aparece qualquer referência aos protestos (a principal causa da “triste sina” mencionada). Por exemplo, não há referência ao fato de os cubanos serem chamados de “escravos” ou ao fato de os autores das ofensas serem brasileiros. É claro que o leitor será informado dos fatos ao ler a notícia integralmente, e não apenas o título, mas esse exemplo serve como elemento de contraste com [02], em que o leitor é informado sobre quem são os autores das ofensas, qual é a ofensa, mas não de que os cubanos ofendidos também são médicos. Há alguns elementos “faltando” para se entender os enunciados, e somente um leitor “inteligente” e “bem informado” seria capaz de recuperar esses elementos pelo trabalho de sua memória cognitiva, recorrendo, por exemplo, a associações.

Longe dessa interpretação psicológica (ou “individual”, ou “biológica”), autores como Achard e Pêcheux propõem que os mecanismos de produção de sentido residem no funcionamento da própria linguagem, concebida como discurso – no caso específico da memória, em elementos conhecidos como pressupostos e implícitos. Para Achard (2010), a memória está diretamente relacionada ao estatuto dos implícitos. Nesse aspecto, a memória intervém para “preencher” uma suposta “falta” no processo de interpretação. Este autor cita, como exemplo, o enunciado “Neste momento, o crescimento da economia é da ordem de 0,5%” e explica que, como não há referência ao local em que esse crescimento econômico acontece, “a memória intervém para enquadrar implicitamente a situação no espaço nacional, pela falta” (ACHARD, 2010, p. 12).

No caso de [01], “A triste sina de um médico cubano no Brasil”, há pelo menos três implícitos que estão no próprio enunciado (como pressupostos², portanto, não podem ser negados) e não dependeriam da capacidade do leitor de se “lembrar” ou “saber”: i) existem médicos cubanos; ii) eles vieram para o Brasil; iii) eles não estão felizes aqui. Poderia ser considerado, ainda, o seguinte subentendido (que, por definição, pode eventualmente ser negado): eles aparentemente não vieram a passeio, mas talvez a trabalho ou para residir definitivamente no Brasil, uma vez que “sina” supõe um processo mais demorado, um destino a ser percorrido/vivido dentro de um período relativamente longo.

Próxima dessa perspectiva teórica está a noção de pré-construído desenvolvida por Pêcheux, para quem a memória deve ser entendida não no

sentido de “memória individual”, mas “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, 2010, p. 50). O pré-construído aparece empiricamente como a marca de um discurso anterior em um determinado enunciado. Dois exemplos de pré-construídos aparecem em [01] e em [4]. Em [01], ele se manifesta na formulação “a triste sina” (já é de conhecimento corrente, compartilhado socialmente, que existem sinas tristes e pessoas cujo destino é sofrer). Assim, o enunciado constrói o efeito de verdade de que há destinos tristes e os médicos cubanos encontraram essa sina ao virem ao Brasil. Da mesma forma, em [04], “a intolerância da nossa elite branca” se apresenta como dado incontestável, ou seja, o conhecimento de que, no Brasil do século XXI, existe uma elite branca que é intolerante. É da natureza do pré-construído “impor” seu sentido sob a forma de universalidade (Pêcheux, 1995, p. 164).

Embora os sentidos produzidos a partir de elementos pré-construídos sejam socialmente compartilhados, isso não significa que as interpretações sejam pacificamente “aceitas” e que a memória discursiva, nessa perspectiva, funcione para “facilitar” as interpretações e “preencher” lacunas ou sentidos “ocultos”. Muito pelo contrário, o próprio Pêcheux reconhece que

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, [...] Um espaço de desdobramentos, de réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

De fato, a emergência de polêmicas e controvérsias é indicador importante de um funcionamento peculiar da memória discursiva em relação com a interdiscursividade – retornaremos a essa questão mais adiante. Por ora, seguiremos com a análise dos enunciados do *corpus*, considerando outra perspectiva, bastante próxima da que foi considerada até aqui, a concepção de memória como “já-dito”, reincidência, repetição.

Memória e já-dito

Conforme já comentado, o conceito de memória discursiva foi proposto por Courtine, sob a influência dos trabalhos de Foucault (1969). Citando um evento em que cristãos fundamentalistas protestam durante uma reunião do Partido Comunista Francês, Courtine afirma que

toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – faz circular – formulações anteriores, já enunciadas

[...] como um efeito de memória na atualidade de um acontecimento (COURTINE, 2009, p. 104).

Esses efeitos de memória podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação e até mesmo de negação do já-dito. Um caso semelhante ao citado por Courtine aconteceu na cidade de Zé Doca, Ceará, quando o médico classificado como “escravo” por médicas brasileiras compareceu ao seu primeiro dia de trabalho, trajando uma camiseta estampada com os dizeres “SOMOS ESCRAVOS DA SAÚDE”, tal como informa o artigo da *Carta Capital* citado anteriormente, enunciado posteriormente repetido em entrevistas por outros médicos, retomadas em [6], “Somos escravos da saúde”, diz médico cubano no Ceará”, artigo do jornal *O povo*. Nesse exemplo, a memória discursiva funciona retomando formulações já ditas, para rejeitá-las e transformá-las. Num primeiro momento, é preciso recuperar o fato envolvendo a humilhação dos médicos cubanos ao desembarcarem no Brasil e o fato de serem chamados de “escravos” para que os dizeres na camiseta façam sentido (na roupa de um profissional da saúde pública seria de se esperar uma mensagem relacionada a alguma campanha de prevenção, antitabagismo etc.). Depois disso, é possível relacionar o enunciado na camiseta como uma forma de resposta à humilhação sofrida: pode-se inferir que os médicos cubanos não se deixaram abalar, nem vão desistir de sua missão no país. Assim, em certa medida, o sentido de “escravo” é atenuado e reformulado como “compromisso voluntário”, “dedicação”, “responsabilidade”, em detrimento dos sentidos evocados no protesto, de que os médicos cubanos estavam sendo “obrigados” a trabalhar de graça no Brasil, “escravos” de alianças políticas e governantes inescrupulosos, entre outros sentidos.

Se, em [06], os sentidos relacionados à ideia de “escravidão” são rejeitados e reformulados, em [05], esses sentidos são retomados para serem reafirmados: “PT vai traficar 4.000 escravos cubanos”. Nesse título, não há referência a médicos ou à saúde, enquanto o verbo, juntamente com a quantidade descrita em números, evoca uma memória relacionada ao tráfico de milhares de escravos para o Brasil dos tempos do Brasil-Colônia. O principal elemento que situa o enunciado no período histórico atual é o sujeito da oração, a sigla “PT”, representando o governo vigente à época, responsável pelo programa “Mais Médicos”, e que produz a conotação crítica do enunciado, inserido num posicionamento contrário ao projeto e ao Partido dos Trabalhadores.

Com essa breve análise, sem abordar a problemática do acontecimento discursivo, esperamos ter mostrado como formulações já enunciadas retornam na forma de uma “memória que irrompe na atualidade do acontecimento” (COURTINE, 2009, p. 103).

As particularidades teóricas consideradas até agora têm como ponto em comum servirem como base para a defesa de uma memória discursiva que prescinde da cognição.

Memória e cognição

Paveau tenta resolver a questão da aparente incompatibilidade entre estudos da cognição e AD, aproximando a memória justamente daquilo que poderia desqualificá-la: a autora propõe o funcionamento de uma memória cognitivo-discursiva.

Nós a definimos, em nossa perspectiva (que amplia os agentes de distribuição aos elementos não-artefaturais como os sentimentos e valores), como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de quadros pré-discursivos coletivos, esses últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaboradora entre os agentes humanos e não-humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o memento, o guia de conversação, ou, mais amplamente, semióticos como as cores, as insígnias, as roupas etc.). [...] Vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática para adotar uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo (PAVEAU, 2007, p. 5).

Nessa perspectiva, os saberes, crenças, pensamentos etc., estão sempre articulados com o chamado “mundo exterior” e não simplesmente encapsulados no interior de “módulos internos”. Para deixar claro o aspecto não psicológico de sua proposta, Paveau recorre aos estudos de Halbwachs sobre a memória coletiva:

Contra a ideia de que a lembrança é individual, Halbwachs mostra que a ilusão de lembrar-se por si mesmo é devida à insensibilidade em relação à influência do meio social. Contra a tese da espontaneidade natural, ele defende aquela do encontro, no indivíduo, de correntes de opinião que têm uma realidade objetiva fora dele (PAVEAU, 2007, p. 3).

A autora refina sua proposta sobre memória diferenciando três dimensões que se complementam: a *reconhecimento*, como processo cognitivo dinâmico em que se (re)criam “versões” do mundo, recategorizando-o; os *laços memoriais*, que abrangem o lugar da história na memória, funcionando como um “lugar de memória” compartilhado por uma coletividade, por exemplo, um nome próprio de acontecimento, que evoca toda uma gama de eventos, valores, ícones visuais e prototípicos etc.; e a *dimensão afetiva/emocional* ou estados mentais e afetivos que marcam a apreensão e a distribuição dos objetos pela memória, sendo esta última dimensão praticamente inexplorada pelos analistas do discurso.

Retomando as análises das manchetes, no enunciado [04], “O médico cubano negro e a intolerância da nossa elite branca”, entram em cena saberes compartilhados por uma comunidade específica, em um contexto histórico específico, que seriam evocações de uma memória social recente: o sintagma “médicos cubanos”, por exemplo, já seria notório aos brasileiros desde o final de 2013, quando da presença de médicos cubanos no país. Por outro lado, exemplos característicos de quadros pré-discursivos poderiam ser vistos na relação estabelecida entre “negro”, “branco” e “intolerância”: a partir dessas três palavras, o enunciado passa a funcionar como um “lugar de memória” compartilhado pela coletividade e evocando acontecimentos passados relativos ao sofrimento dos negros sob a dominação dos brancos. Dessa forma, o enunciado rememora fatos passados para denunciar uma atitude inaceitável da elite brasileira atual.

Na concepção de Paveau, uma explicação eficiente do funcionamento da memória no processo de produção de sentidos deve passar não pela sumária negação da memória cognitiva, mas pelo reconhecimento de que não se trata apenas de cognição, assim como não se trata somente de uma realidade linguístico-discursiva.

Memória e interdiscurso

Definir interdiscurso como memória discursiva parece-nos um tanto vago. Na verdade, o interdiscurso fornece boas explicações para o funcionamento da memória, especialmente se ocorrem construções cujo efeito é parecido (na medida em que produzem efeito de evidência) com o dos pré-construídos: os simulacros.

Para explicar o interdiscurso, Maingueneau (2008) distingue três dimensões: universo discursivo, inapreensível em sua totalidade, corresponde ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa dada conjuntura; campo discursivo, um conjunto de formações discursivas que se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, por exemplo, o campo político, o religioso, o científico; e espaço discursivo, recortes de um campo discursivo feitos pelo analista, tomando como base hipóteses de pesquisa aliadas a um saber histórico.

Em seus estudos sobre polêmicas, particularmente a que se estabelece entre o humanismo devoto e o jansenismo, Maingueneau (2008, p. 21) afirma que a identidade discursiva é definida a partir da interdiscursividade. Isso significa entender o interdiscurso como tendo primazia sobre os discursos, ou seja, estes últimos não se constituem independentemente de outros discursos, para serem depois postos em relação, “mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso”. Essa é uma das razões pelas quais a relação interdiscursiva se manifesta como polêmica, uma vez

que a própria gênese dos discursos acontece no seio de um processo de incompatibilidade radical, conceitualmente denominado “interincompreensão regrada”.

Segundo Maingueneau, a relação polêmica “baseia-se numa dupla bipartição: cada polo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (2008, p. 64). Isso significa que, a partir de cada sistema de restrições semânticas, são definidos dois conjuntos de categorias semânticas opostas: o conjunto dos semas reivindicados pelo discurso (os semas positivos) e o conjunto dos rejeitados por ele (os semas negativos). Os semas são entendidos pelo autor como unidades de sentido que refletem “a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico” (2008, p. 62). É a partir desses semas que entram em cena os simulacros. Vejamos alguns exemplos.

O primeiro aparece em [05]: “*PT vai traficar 4.000 escravos cubanos*”. Os médicos cubanos trazidos pelo convênio OPAS não recebem nenhum pagamento do governo brasileiro (embora tenham seus salários de funcionário público em Cuba), pois estão em missão humanitária, “para eles, a medicina se caracteriza pelo humanismo e pela solidariedade, e não pelo lucro” (DOYLE, 2013, não paginado). Esse tipo de causa humanitária em que a família do médico recebe ajuda do governo cubano, mas o médico não estabelece um “valor” pela sua atuação, não recebe um salário pelo seu trabalho propriamente dito, é traduzido pelo posicionamento em que se inserem os médicos brasileiros na forma de um simulacro como “trabalho escravo”, e os agentes desse trabalho são os “escravos cubanos”. “Escravo” também aparece nas manifestações das jovens médicas brasileiras que bradaram essa denominação na chegada dos profissionais de Cuba – em sua maioria, negros. Em ambos os casos, parece difícil desvincular a palavra de uma conotação racista. Embora as manifestantes alegassem que se referiam exclusivamente ao aspecto econômico e profissional, os médicos eram negros e some-se a isso o fato de serem trazidos de outro país para trabalhar no Brasil. Nesse contexto sócio-histórico, o interdiscurso também funciona retomando discursos prévios relacionados à cor do médico e à história prévia do Brasil como país escravagista. No caso de [05], o próprio verbo “traficar” reitera a retomada desse sentido, conforme já comentado anteriormente.

Outro exemplo de simulacro seria a denominação das médicas manifestantes como “patricinhas” em [03]: “Médicas “patricinhas” envergonham o Brasil”. De acordo com o posicionamento pró-médicos cubanos, elas se recusariam a trabalhar em regiões carentes (daí a necessidade de médicos dispostos a enfrentar condições de trabalho insalubres), preferindo ficar no conforto das grandes metrópoles, próximas das roupas de grifes e salões de beleza que caracterizam o estereótipo de

jovem rica, vaidosa e fútil denominado “patricinha” – um simulacro da jovem branca rica.

Esquecimento e conveniência

Um último aspecto do funcionamento da memória, atinente a todas as perspectivas discursivas aqui resenhadas, é a suposta “seleção” daquilo e de quando se deve lembrar, para dizê-lo em termos simples. No bojo da AD, a “seletividade” da memória poderia ser efeito de inunções das formações discursivas, sob condições de produções específicas, ou então um dos sintomas da relação de interincompreensão constitutiva da identidade dos discursos ou ainda resultante dos processos de desmemoria e amemória, descritos por Marie-Anne Paveau (2015). Restringir-nos-emos à segunda perspectiva, considerando os enunciados em [7] e [8].

[07] Escravos de jaleco (Nunes, *Veja*, 2013).

[08] Mais médicos: o tempo da sensatez (Lopes, *Veja*, 2017).

Sabe-se, há um bom tempo, que a alegada neutralidade jornalística é bastante frágil. Não interessa a este trabalho reforçar essa velha tese, mas sim inserir a manifestação dessa aparente contradição (um mesmo veículo jornalístico noticia um mesmo evento de maneira negativa sob o governo Dilma Rousseff e de maneira positiva sob a tutela de Michel Temer) no quadro descritivo das engrenagens da memória.

Em [07], “escravos de jaleco” reconstrói o simulacro do médico que trabalha em causas humanitárias (trabalho humanitário > trabalho não remunerado > trabalho escravo), conforme já descrito em outros enunciados do mesmo posicionamento. A “novidade” consiste na aparição, em [08], do substantivo “sensatez” no conteúdo informacional da manchete, enquanto o conteúdo referencial é “Mais médicos”. Se, em 2013, a presença (o tráfico!) de escravos implica a existência de um governo cruel e desumano, sob a égide de D. Rousseff, por outro lado, em 2017, é a sensatez que marca a continuação do mesmo programa durante a interinidade de M. Temer. A relação antagonica (interdiscursiva) no bojo dos discursos que apoiam e defendem a presença de Temer no Palácio do Planalto domina não só o que deve ser “esquecido” pela *Veja* sobre o programa Mais Médicos (que estaria utilizando trabalho escravo, segundo ela mesma noticiara), mas domina a representação pelas mídias dos governantes em questão: o termo “sensatez” põe em cena certos estereótipos, como o do homem dotado de razão, em franca oposição com a mulher como instância da emoção. Nessa bipartição antagonista, a razão corresponde ao equilíbrio emocional, à sensatez, enquanto a emoção corresponde ao desequilíbrio e à instabilidade – traços

que as mesmas mídias alimentaram constantemente no período pré-impeachment de Rousseff (a respeito de outros fatos aparentemente não relacionados ao processo político-jurídico-midiático-discursivo que retirou do poder a presidente legitimamente eleita, conferir Possenti, 2016).

Tendo em vista a produção de simulacros no âmbito de uma relação polêmica entre discursos, retomando as proposições de Maingueneau, o funcionamento do interdiscurso se distancia de um tipo de memória discursiva eventualmente difusa e aleatória, para colocar em relação um discurso e também seu Outro, passando, assim, a ser um espaço de regularidade pertinente, no qual os discursos teriam sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

Conclusão

Os trabalhos mais recentes, como os de Paveau e de Van Dijk, parecem caminhar em direção a um consenso entre as teorias do discurso e as teorias da cognição, ou, pelo menos, a uma releitura do que se entende por “cognição” em sua relação com o discurso e o contexto.

Mantendo-nos estritamente nos preceitos da AD, podemos dizer que a noção de memória discursiva ainda é um fértil tema de pesquisas, quer se recorra às abordagens mais tradicionais, como as de Pêcheux e de Courtine, ou às relativamente inovadoras, como as de Maingueneau e de Paveau.

Este artigo retoma as principais abordagens da memória no âmbito da AD, considerando sua pertinência para a análise de discursos polêmicos, que ganham relevo especialmente na concepção de interdiscurso proposta por Maingueneau, em especial na relação de interincompreensão que se estabelece entre posicionamentos antagônicos. Esta perspectiva comporta os demais aspectos teóricos, pois mesmo sem depender unicamente de implícitos ou pressupostos ou mesmo de uma memória social compartilhada, não os exclui: a relação polêmica é “anterior” aos demais aspectos discursivos passíveis de descrição e se constitui na própria gênese dos discursos, sendo, portanto, definidora de todas as demais relações que se estabelecem entre sujeitos e posicionamentos.

Notas

¹ Também nos estudos discursivos de Teun van Dijk, a cognição tem papel relevante na relação entre discurso e contexto, sendo preciso analisar o modo como os atores sociais constituem representações mentais distintas das situações sociais, a partir de conhecimentos partilhados e de experiências individuais (VAN DIJK, 2012).

² As noções de pressuposto, implícito e subentendido são definidas em Charaudeau & Maingueneau (2002, p. 270-272), no verbete “implícito”.

Referências

- Achard, P.** (2010). *Memória e produção discursiva do sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Aurélio Jornalismo** (2013) Porque os médicos cubanos não são “escravos”, 26 out. Disponível em: < <https://goo.gl/FSQzW8> >. Acesso em: 08/abr/2017.
- Blog do Coronel** (2013). PT vai traficar 4.000 escravos cubanos. 21 ago. Disponível em: < <https://goo.gl/CEzhHy> >. Acesso em: 08/abr/2017.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D.** (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Courtine, J. J.** (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar.
- Doyle, H.** (2013). *Entenda por que os médicos cubanos não são escravos*. *Revista Fórum*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zMYfJG>>. Acesso em: 16/abr/2017.
- Lazari, M.** (2013). “Somos escravos da saúde”, diz médico cubano no Ceará. *O povo*, 24 set. Disponível em: < <https://goo.gl/LdFJXX> >. Acesso: 08/abr/2017.
- Lopes, A.** (2017) Mais médicos, o tempo da sensatez. *Veja*, 03 de abril 2017.
- Maingueneau, D.** (2008). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Martín, N.** (2013). A triste sina de um médico cubano no Brasil. *Carta Capital*, 07 out. Disponível em: < <https://goo.gl/G16c1M> >. Acesso em: 08/abr/2018.
- Nunes, A.** (2013). Escravos de jaleco. *Veja*, 22 de agosto de 2013.
- Paveau, M. A.** (2005). Reencontrar a memória: percurso epistemológico e histórico. In: *Anais do II SEAD*, Porto Alegre, UFRGS, p.01-09.
- Paveau, M. A.** (2007). Palavras anteriores: os pré-discursos entre memória e cognição. *Filologia e Linguística Portuguesa*, USP, n. 9, p. 311-331, 2007.
- Paveau, M. A.** (2015). *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas*. Campinas: Editora Unicamp.
- Pêcheux, M.** (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M.** (2010). *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- Possenti, S.** (2016). Diferenças condensadas em palavras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n.3, p. 1075-1099.
- Pragmatismo Político.** (2013). Médicas “patricinhas” envergonham o Brasil, 27 out. Disponível em: < <https://goo.gl/wVs3Ct> >. Acesso em: 08/abr/2018.

Rovai, R. (2013). O médico cubano negro e a intolerância da nossa elite branca. *Revista Fórum*, 27 ago. Disponível em: <<https://goo.gl/iu8mcb>> . Acesso em: 08/04/2017.

Talento, A. (2013). Cubanos são chamados de “escravos” por médicos brasileiros no CE. *Folha de S. Paulo*, 26 ago. Disponível em: <<https://goo.gl/Zgk5SG>> . Acesso em: 16/04/2017.

Van Dijk, T. (2012) *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto.

Notas biográficas

	<p>Hélio Oliveira é doutor em Linguística pela Unicamp, professor no Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob) em São João da Boa Vista, SP (Brasil) e pesquisa temas relacionados à circulação de discursos de ódio e racista. É membro do Centro de Pesquisa FEsTA - Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, Unicamp.</p> <p>E-mail: helio.oliveira@unifeob.pro.br</p>
	<p>Júlia Almeida é professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil), autora de Estudos deleuzeanos da linguagem (Ed. Unicamp, 2003), Textualidades contemporâneas (Edufes, 2012) e O fardo da autorrepresentação do brasileiro (Pontes, 2017), entre outros, e é membro do Centro de Pesquisa FEsTA – Fórmulas e estereótipos : Teoria e Análise.</p> <p>E-mail: almeidajulia@terra.com.br</p>